

Imagens da Imparcialidade entre o Discurso Constitucional e a Prática Judicial

2017

Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho

**IMAGENS DA IMPARCIALIDADE
ENTRE O DISCURSO CONSTITUCIONAL E A PRÁTICA JUDICIAL**

© Almedina, 2017

Autor: Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3247-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Alexandre Douglas Zaidan de
Imagens da imparcialidade entre o discurso
constitucional e a prática judicial / Alexandre
Douglas Zaidan de Carvalho. -- São Paulo : Almedina,
2017.

Bibliografia
ISBN 978-85-8493-247-4

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal
2. Constitucionalismo 3. Direito constitucional
4. Imparcialidade (Direito) 5. Juizes - Decisões -
Brasil I. Título.

17-09376

CDU-342 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342 (81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Outubro, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
editora@almedina.com.br
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Estrutura do livro	26
Entre querer e dever: problematizando a noção de imparcialidade	32
CAPÍTULO 1. IMPARCIALIDADE JUDICIAL: A HISTÓRIA DE UM CONCEITO	41
1.1. O interesse contra a justiça: <i>nemo iudex in sua causa</i>	43
1.2. O trânsito da jurisdição entre a monarquia litúrgica e a monarquia legal	50
1.3. A modernidade do direito e a imparcialidade como dogma da atividade judicial	61
1.4. Imparcialidade judicial no constitucionalismo	68
CAPÍTULO 2. À PROCURA DE UMA IMAGEM: A CONSTRUÇÃO DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL PELO DISCURSO CONSTITUCIONAL NO BRASIL	75
2.1. Imparcialidade sem independência: os limites da função judicial no Império	80
2.2. A imparcialidade em fragmentos: a autonomia judicial entre o constitucionalismo liberal e o conservadorismo oligárquico na Primeira República	93
2.3. A era Vargas, o Estado corporativo e o associativismo da magistratura	115
2.4. Entre o dever da toga e o apoio à farda: independência judicial e imparcialidade no STF durante o regime militar	131

CAPÍTULO 3. DESENHANDO A PRÓPRIA IMAGEM: OS JUÍZES E OS JURISTAS NO DEBATE SOBRE O JUDICIÁRIO NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1987-1988)	155
3.1. O cenário pré-constituente pelos juristas e o lugar do Judiciário na instalação da Assembleia Nacional Constituinte	157
3.2. O Poder Judiciário na constituinte: entre instituição e corporação	169
3.3. O Judiciário pelos juízes ou para os juízes?	172
3.4. Eles, os juízes, vistos de fora do Judiciário	181
3.5. O recurso à imparcialidade na constituinte e os deslocamentos da função judicial na Constituição de 1988	192
3.6. Imparcialidade à brasileira?	201
CAPÍTULO 4. MAPEANDO UMA IMAGEM: A IMPARCIALIDADE NOS JULGADOS DO STF	211
4.1. As arguições de impedimento e suspeição no Supremo Tribunal Federal	214
4.1.1. Arguições de Impedimento	220
4.1.2. Arguições de Suspeição	224
4.2. A imparcialidade diante dos conflitos de interesse	237
4.3. A imparcialidade em relação ao estatuto funcional da magistratura	247
4.4. Uma imagem sob distintos olhares: comparando o discurso judicial sobre a imparcialidade	258
4.4.1. O caso Pérez Tremps	259
4.4.2. O caso Eros Grau	272
4.5. Qual imparcialidade?	280
CAPÍTULO 5. A RECONSTITUIÇÃO DE UM MOSAICO: AS CONDIÇÕES DO JUÍZO IMPARCIAL	291
5.1. Imparcialidade como sentido: a contingência como condição de possibilidade do juízo imparcial	294
5.2. Abertura cognitiva e o processo de decisão	300
5.3. Dupla contingência, confiança e a imparcialidade reflexa	305
5.4. Função da imparcialidade judicial	318
5.5. Independência <i>versus</i> imparcialidade	327
Um quadro desfigurado: a seletiva imparcialidade judicial no Brasil	334
REFERÊNCIAS	339